



RESUMO DE SEGURANÇA EM ÁFRICA

UMA PUBLICAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE ÁFRICA

Caça Furtiva de Vida Selvagem: A Ameaça Crescente do Tráfico em África

POR BRADLEY ANDERSON E JOHAN JOOSTE

- ◆ Os picos nos preços do marfim e do corno de rinoceronte têm provocado uma escalada do abate ilegal de elefantes e rinocerontes em África. Se não forem tomadas medidas imediatas de contenção deste fenómeno, é provável que venhamos a assistir à extinção destas populações no continente africano.
- ◆ Não se trata apenas de um mero problema de caça furtiva de fauna selvagem mas de uma faceta importante das actividades de uma rede mundial de comércio ilegal, que reforça o poder de grupos violentos e envolve membros do sector da segurança de África.
- ◆ É necessário e urgente um reforço da rede de guardas florestais dos parques naturais de África para travar o ritmo da matança de elefantes e rinocerontes, e ganhar tempo. A longo prazo, a contenção desta ameaça passa por uma diminuição drástica da procura destas partes de animais, especialmente nos mercados da Ásia.

DESTAQUES

Condeno a caça furtiva e todos aqueles que encorajam os jovens a caçar, porque os animais selvagens que matam não são para eles ... É uma caça feita a mando de gente poderosa... Há quem ganhe muito dinheiro (com a caça) mas muitas vezes quem morre são jovens que agem de forma inocente, julgando que isso lhes facilitará a vida, que renderá dinheiro fácil, mas que acabam por perder a vida.

— Joaquim Chissano, antigo Presidente de Moçambique e Fundador da “Iniciativa Protecção da Vida Selvagem” da Fundação Joaquim Chissano em Moçambique

Um comércio de mercado negro em franca expansão, que ascende a centenas de milhões de dólares, está a fomentar a corrupção nos portos, alfândegas e forças de segurança africanas, e a render novas receitas a grupos de rebeldes e redes criminosas em todo o continente. Só que em vez de narcóticos, armas de pequeno calibre ou outros produtos habitualmente traficados, é um número recorde de elefantes e rinocerontes caçados furtivamente que está na origem desta espiral de comércio ilícito e de instabilidade.

A caça furtiva não é um problema novo em África. No entanto, a sua enorme expansão desde os finais da década de 2000 alterou significativamente as suas consequências. Segundo algumas estimativas, desde 2007 o número de elefantes mortos anualmente em

África mais do que duplicou, cifrando-se em mais de 30 000.¹ Esta tendência ultrapassou um limiar assustador em 2010, quando o índice de abates ultrapassou o índice de reprodução desta espécie, indicando o início de um declínio significativo da população. A caça furtiva de rinoceronte também aumentou exponencialmente. Entre 2000 e 2007 era raro o abate ilegal destes animais na África Austral, geralmente de menos de 10 animais por ano. A partir de 2008 assistiu-se a um aumento súbito dos índices de caça furtiva. Em 2013, só na África do Sul foram abatidos ilegalmente 1 004 rinocerontes.

O aumento dos preços do marfim e do corno de rinoceronte à escala mundial constituem o motor deste frenesim de caça furtiva. Em 2003, o preço

de venda do marfim de alta qualidade situava-se aproximadamente nos 200 dólares (US\$) por quilo. Em 2013 a mesma quantidade no mercado negro era vendida por montantes que chegavam aos 2.500 a 3 000 dólares. A subida de preços do corno de rinoceronte foi ainda mais acentuada. Enquanto na década de 1990 o quilo de corno de rinoceronte era vendido a cerca de 800 dólares, agora vale mais que o ouro. Alguns relatórios indicam que em 2013 o preço do corno de rinoceronte atingia os 65 000 dólares por quilo, o que cifra em 440 milhões de dólares o valor do corno dos 1 004 rinocerontes abatidos na África do Sul. Preços inflacionados desta natureza, que nalguns países excedem os da cocaína e da heroína, ameaçam ainda mais uma espécie que já estava em perigo de extinção. A tendência originou mesmo uma onda de crimes em museus e leiloeiras com marfim ou cornos em exposição.

A proliferação de consumidores das classes média e alta na Ásia é o motivo principal da grande subida de preços. Tradicionalmente valorizados como peças decorativas, joalheria esculpida, obras de arte ou troféus montados, o marfim e o corno de rinoceronte tornaram-se símbolos muito cobiçados de estatuto e riqueza. Segundo sondagens realizadas junto de meios profissionais chineses da classe média, 87 por cento associam o marfim a “prestígio” e 84 por cento desejam comprar algum.²

Quanto à procura de corno de rinoceronte na Ásia, outro motivo apontado é a convicção de que ele possui grandes propriedades medicinais, como a de curar o cancro. Embora tais mitos ajudem a explicar a explosão da procura, os consumidores estão certamente a pagar um preço muito exagerado. O corno de rinoceronte não passa de uma proteína fibrosa chamada queratina, uma substância inerte de composição semelhante à das unhas e cabelo do ser humano.

Algumas das consequências do tráfico de vida selvagem tornaram-se evidentes. O tráfico representa uma ameaça grave para a conservação e a biodiversidade em geral. A caça furtiva causou a extinção quase total de algumas subespécies, incluindo o desaparecimento dos rinocerontes em Moçambique em 2012. Os safaris e o turismo são importantes fontes de receita em moeda estrangeira para os países africanos que, no caso do Quênia, ascendem a mais de mil milhões de

dólares por ano. Estes rendimentos serão gravemente afectados à medida que os visitantes forem encontrados nos parques naturais e reservas não apenas menos animais como maiores níveis de criminalidade. A caça furtiva ameaça igualmente fazer desaparecer os símbolos tradicionais mais antigos do continente africano.

Menos bem compreendido é o facto de o aumento do tráfico de vida selvagem implicar graves ameaças de segurança. Vários grupos de milícias e redes criminosas têm sido atraídos pelos elevados lucros gerados pelo comércio ilegal de vida selvagem. Alguns fugitivos do Exército de Resistência do Senhor afirmam que o grupo vende marfim a empresários árabes e membros do exército sudanês, a troco de dinheiro, alimentos, armas e medicamentos. Guerrilheiros do Sudão têm sido acusados de incidentes em que centenas de elefantes foram abatidos em reservas naturais nos Camarões. A milícia rebelde Seleka, que derrubou o governo da República Centro-Africana em inícios de 2013, e cujo tratamento brutal da população causou crises comunitárias em todo o país, terá praticado a caça furtiva de elefantes nas suas reservas. O grupo radical islâmico al Shabaab, da Somália, também tem ganho centenas de milhares de dólares, ou mais, ao incentivar aldeões do Quênia a caçar furtivamente elefantes cujo marfim é depois contrabandeado para o estrangeiro a partir dos portos da Somália.³

« o aumento do tráfico de vida selvagem implica graves ameaças à segurança »

Entretanto, o comércio de cornos de rinoceronte criou novas ligações entre redes bem conhecidas de crime organizado da Ásia e Europa de Leste e as de África. A utilização por alguns caçadores furtivos de armas de elevada potência e equipamento tático sofisticado é reveladora do alto grau de capacidade, recursos financeiros e perigosidade destes grupos. Todos os anos são assassinados muitos guardas de reservas naturais da República Democrática do Congo (RDC), Quênia e outros países. Num episódio ocorrido no Chade em 2012, um esquadrão inteiro de guardas florestais de uma reserva foi emboscado e assassinado por caçadores furtivos.

Os lucros do tráfico de vida selvagem também têm alimentado a corrupção e fragilizado e comprometido instituições fundamentais do estado, como as forças policiais e militares. Na África do Sul existem provas do envolvimento de antigos agentes da polícia e unidades militares de elite no tráfico de corno de rinoceronte.⁴ Na RDC, cientistas e funcionários dos parques divulgaram que numa incursão transfronteiriça, ocorrida em Março de 2012, soldados do Uganda abateram pelo menos 22 elefantes e extraíram marfim no valor de mais 1 milhão de dólares.⁵ Outras denún-

Bradley Anderson é Director Regional do Gabinete da África Oriental do Centro de Estudos Estratégicos de África. Johan Jooste é Comandante de Projectos Especiais dos Parques Nacionais da África do Sul e Major-general reformado da Força Nacional de Defesa da África do Sul.

cias têm implicado soldados e unidades das forças armadas da RDC, Sudão do Sul e Sudão. Os elevados lucros e baixo risco do tráfico de vida selvagem podem criar um sentimento de impunidade no seio do sector da segurança em África que venha a comprometer ainda mais o seu profissionalismo e a encorajar outras práticas ilegais e abusivas.

Embora a verdadeira dimensão deste novo aumento do tráfico apenas possa ser calculada, o facto é que já não se trata de uma mera questão de conservação. Com dezenas de países africanos afectados pela crescente procura destes produtos, o tráfico de vida selvagem converteu-se rapidamente numa séria ameaça regional.

A AMEAÇA DA CAÇA FURTIVA: O CASO DO PARQUE NACIONAL KRUGER

A África do Sul possui mais de 70 por cento dos rinocerontes de todo o mundo, incluindo 90 por cento dos 20 000 rinocerontes brancos de África e 40 por cento dos rinocerontes negros, que são extremamente raros. A maioria destes animais vive no Parque Nacional Kruger da África do Sul. (PNK). Com cerca de 2 milhões de hectares, o PNK cobre uma superfície aproximadamente equivalente à de Israel. Possui uma fronteira de 356 quilómetros com as montanhas Lebombo de Moçambique.

O patrulhamento e a monitorização desta região sempre foram dispendiosos e difíceis mesmo nas melhores épocas. Hoje em dia, contudo, o parque, à semelhança de muitos outros por toda a África, está a ser invadido por um número cada vez maior de caçadores furtivos armados. Muitos destes caçadores furtivos têm pouco treino. No entanto, um grande número opera em formações sofisticadas para evitar a detecção e caçar a presa de forma mais eficaz. Alguns estão equipados de espingardas automáticas e actuam durante a noite. Independentemente do seu grau de organização, o seu número é suficiente para derrotar as agências de gestão da vida selvagem e equipas de guardas florestais, mesmo na África do Sul, um país comparativamente bem dotado de recursos. Em 2013, só no PNK foram presos 86 caçadores furtivos e 47 morreram em confrontos com as autoridades sul-africanas.

O apoio e a cumplicidade de algumas comunidades locais, quer em termos de participação na caça furtiva como pelo simples facto de fecharem os olhos às actividades de abate ilegal, complicam ainda mais os esforços de combate ao fenómeno. Inquéritos efectuados em povoações próximas do Kruger revelaram que cerca de 16 por cento dos inquiridos conheciam caçadores furtivos que residiam nas suas comunidades. A maioria dos inquiridos afirmou considerar a caça furtiva uma ameaça e 68 por cento declararam-se dispostos a identificar transgressores desde que recebes-

sem protecção e os caçadores furtivos fossem detidos. O medo de represálias levou contudo muitas pessoas, incluindo líderes comunitários, a guardar o silêncio. Alguns inquiridos afirmaram estar convencidos do envolvimento directo de polícias e guardas florestais na caça furtiva.⁶ Situação semelhante está a verificar-se noutros centros importantes de caça ilegal em África.

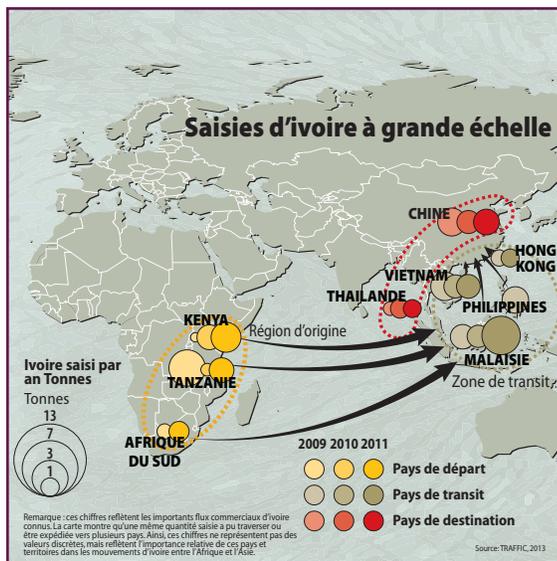
Em 2012 o Departamento de Assuntos Ambientais da África do Sul aumentou de 500 para 650 o número de guardas destacados no Kruger. As estruturas de comando e controlo foram aperfeiçoadas e recrutadas equipas de especialistas de análise de informação, com vista a melhorar os tempos de resposta no combate a caçadores furtivos de maior mobilidade e sofisticação. Serviços aéreos mais abrangentes, a utilização de cães e diversas melhorias nas operações nocturnas também contribuíram para este esforço. Também foi reforçada e institucionalizada a colaboração com o Exército, a Força Aérea e a polícia da África do Sul. Foram ainda criados programas comunitários destinados a formar e a encorajar a cooperação das populações locais.

Continuam a levantar-se obstáculos significativos à inversão das tendências da caça furtiva, mas estes primeiros esforços estão a dar frutos. Com efeito, apesar de ter continuado entretanto a aumentar o número de episódios de abate ilegal no parque, o ritmo a que se registam situa-se agora 22 por cento abaixo das projecções e duplicou o número de caçadores furtivos que são presos anualmente.

Ao mesmo tempo, estão a ser montados projectos conjuntos transfronteiriços com as autoridades moçambicanas e a ser envidados esforços para diminuir a atracção pelos cornos de rinoceronte, por meio da sua coloração, remoção e outras formas de alteração que dificultam o contrabando (sem prejudicar os animais). Estas iniciativas representam uma nova abordagem no combate à caça furtiva, destinada a assistir as unidades tradicionais de guardas dos parques naturais com o auxílio de tecnologia, envolvimento da população local e colaboração interministerial e internacional.

A AMEAÇA DO TRÁFICO

Os caçadores furtivos não são, na sua maioria, traficantes. O marfim e os cornos de rinoceronte que saem dos parques e reservas de África são geralmente vendidos ou transferidos para redes criminosas. São negociantes e intermediários que transportam o material através de fronteiras e branqueiam as receitas associadas. Em muitos aspectos, estas actividades são muito semelhantes ao tráfico de droga, de produtos minerais ou de armas. Na realidade, são os preços astronómicos do marfim e do corno de rinoceronte que atraem os membros destas redes transnacionais de crime organizado.



Fonte: Riccardo Pravettoni, GRID-Arendal.



Os rendimentos variam, mas é frequente um caçador furtivo receber apenas 600 dólares por uma defesa de marfim em bruto ou um corno de rinoceronte. O traficante, em contrapartida, recebe uma percentagem substancialmente mais alta do preço praticado na Ásia, que é de 3 000 dólares por quilo de marfim e de 65 000 dólares por quilo de corno de rinoceronte, sobretudo se conseguir revender o produto próximo da transacção final a retalho.

Os traficantes precisam de encontrar uma forma de esconder as remessas de marfim e de cornos, habitualmente no interior de uma remessa de produtos legais que é expedida por uma empresa de fachada para um destino de exportação, por contentor e, por vezes, por transporte aéreo ou voo comercial. Funcionários alfandegários e outros agentes da autoridade são, por vezes, subornados para aprovar ou certificar transacções e garantir a documentação necessária. De acordo com as taxas de apreensão, Mombaça e Dar es Salaam parecem ser pontos principais de saída de África, mas os traficantes usam rotas indirectas ou escolhem diferentes locais de saída e reentrada para evitar a detecção (ver mapas).

Têm sido apanhados muito poucos traficantes de nível médio ou alto. A grande maioria das detenções é de caçadores furtivos de nível baixo. Uma das raras figuras de relevo condenadas até à data é um traficante tailandês chamado Chumlong Lemtongthai que trabalhava para empresas na Tailândia e no Laos e fazia visitas frequentes e prolongadas à África do Sul. Lemtongthai conseguiu caçar e traficar para fora da África do Sul dezenas de cornos de rinoceronte. Na realidade, explorou de forma hábil as lacunas existentes na regulamentação da caça, conseguindo desse modo agir muito mais abertamente do que outros caçadores furtivos. Lemtongthai utilizava grupos de prostitutas

tailandesas, algumas das quais a trabalhar em Joanesburgo, outras trazidas de avião da Ásia, para obter na África do Sul licenças que permitem a um indivíduo caçar um rinoceronte por ano. A coberto dessas licenças, a rede de caçadores de Lemtongthai abatia dezenas de rinocerontes. Para impedir que as caçadas atraíssem a atenção, Lemtongthai pagava subornos a autoridades provinciais e responsáveis de parques, bem como a proprietários de parques e de reservas de caça privados na África do Sul.⁷

Lemtongthai fazia geralmente todos esses pagamentos em numerário, que levantava em caixas multibanco instaladas em casinos, ou por transferência bancária de uma conta em Banguecoque. Depois, alterava a documentação oficial de modo a re-endereçar as remessas de cornos de rinoceronte para as suas empresas no Sueste da Ásia e não para as moradas registadas dos supostos caçadores (as prostitutas).⁸ Em Novembro de 2012 Lemtongthai confessou-se culpado das acusações de violação dos regulamentos alfandegários sul-africanos e de caça ilegal de espécies protegidas. As acusações de branqueamento de capitais foram retiradas, bem como todas as acusações que pendiam sobre três sul-africanos e dois asiáticos processados juntamente com Lemtongthai. O padrão de Lemtongthai no Laos, Vixay Keovasang, não foi processado e continua alegadamente a traficar vida selvagem apesar de, em Novembro de 2013, os Estados Unidos terem anunciado a oferta de uma recompensa de 1 milhão de dólares a troco de informações sobre as suas actividades. Keovasang beneficia, segundo informações divulgadas, de ampla protecção das autoridades governamentais do Laos.⁹

A corrupção também está presente noutros contextos. O fundador do Serviço de Vida Selvagem do Quênia (Kenya Wildlife Service-KWS) tem afirmado

que pessoas poderosas que lucram com a caça furtiva corromperam altos funcionários do KWS. Na Tanzânia foram despedidos funcionários do Ministério de Recursos Naturais e Turismo por envolvimento no tráfico de vida selvagem. O próprio secretário-geral do partido político no poder na Tanzânia, Chama Cha Mapinduzi, foi obrigado a defender-se da acusação de possuir interesses na actividade de um agente de transportes marítimos envolvido no tráfico de marfim.¹⁰

De um modo geral, as redes de tráfico continuam a agir sem receio das consequências. Em muitos países da linha da frente, como o Gabão e Moçambique, os crimes relacionados com a vida selvagem são delitos menores puníveis por multas relativamente leves. Alguns países, como o Zimbabué, têm leis contra a caça furtiva mas não contra o tráfico, o que na prática confere “carta branca” aos intermediários e criminosos mais importantes que gerem a maior parte do comércio.

« as redes de tráfico continuam a agir sem receio das consequências »

As insuficiências da legislação que regulamenta a vida selvagem são apenas uma parte do problema, já que mesmo a aplicação de penas relativamente leves tem sido inconsistente em todo o continente africano. Durante a revisão de cerca de 750 casos que envolviam crimes contra a vida selvagem no Quênia, entre 2008 e 2013, um grupo queniano independente de conservação ambiental concluiu que, em 70 por cento dos casos, os registos haviam sido perdidos ou extraviados, devido, em parte, a má gestão, mas também provavelmente por motivos de interferência e corrupção. Dos 224 arguidos relativamente aos quais existia um registo de condenação, apenas 8 tinham sido presos, enquanto a grande maioria apenas tinha pago pequenas multas. Muitos destes casos envolviam acusações de crime organizado, branqueamento de capitais, ou posse de armamento ilegal, que raramente foram invocadas pelos procuradores de justiça. Nalguns casos de apreensões de vulto de produtos de vida selvagem no porto de Mombaça e na cidade de Wajir, perto da fronteira da Somália, não houve sequer instrução de processos.¹¹

A partir de 2014, a nova legislação do Quênia instituiu sanções mais pesadas para o tráfico de vida selvagem. Pouco tempo depois, um cidadão chinês foi condenado pelo contrabando de 3,4 quilos de marfim e condenado a pagar uma multa de 233 000 dólares ou a cumprir uma pena de 7 anos de prisão. Outros países como o Gabão, Moçambique e Tanzânia, estão igualmente a preparar legislação mais severa. Contudo, uma dissuasão eficaz dependerá não só de sanções penais mais severas como da aplicação sistemática da lei.

PROTECÇÃO DA VIDA SELVAGEM EM ÁFRICA

Contenção do aumento da procura. Apesar de o mercado de produtos ilegais de vida selvagem ser global e incluir os Estados Unidos e a Europa, é o número crescente de consumidores das classes média e alta da Ásia que alimenta a subida exponencial dos preços do marfim e do corno de rinoceronte. Enquanto o comércio permanecer tão lucrativo é inevitável que caçadores furtivos e traficantes procurem explorar os tesouros da fauna selvagem de África. Conter a ameaça do tráfico de vida selvagem significa, portanto, em última instância, fazer diminuir a procura.

Muitos dos consumidores asiáticos têm um conhecimento vago da origem do marfim e da sua ilegalidade. Segundo inquéritos recentes, 70 por cento dos chineses ignoravam que as defesas de marfim vêm, quase sempre, de elefantes que foram ilegalmente abatidos.¹² A visão dos consumidores sobre o comércio de corno de rinoceronte também parece basear-se em informação insuficiente.¹³ Poucos chineses têm consciência do papel das redes criminosas no mercado destes produtos.¹⁴ Além disso, a procura de marfim e corno na Ásia também parece ser muito influenciada por políticas e declarações oficiais. Cerca de 60 por cento dos consumidores chineses inquiridos afirmaram que uma advertência do governo contra a aquisição de produtos de marfim, ou a sua proibição, seriam suficientes para os dissuadir de comprar marfim. Quase 40 por cento afirmaram ter sentido remorsos ao saber que os elefantes eram abatidos para a extracção do marfim.

Deste modo, para travar de forma decisiva a procura de marfim e corno de rinoceronte ilegais na Ásia são necessárias campanhas públicas de informação e consciencialização de grande visibilidade. A experiência mostra que é possível alcançar por este meio resultados significativos. A enorme popularidade de sopa de barbatana de tubarão na Ásia foi drasticamente reduzida por meio de uma campanha eficaz de *marketing* social. Talvez possa conseguir-se o mesmo sucesso em relação ao marfim e ao corno de rinoceronte através da organização persistente de campanhas publicitárias envolvendo personalidades bem conhecidas associadas a uma mensagem de grande impacto.

Importa igualmente prestar maior atenção aos governos asiáticos que têm demorado mais tempo a reagir ao problema. Na China, por exemplo, as autoridades governamentais têm defendido abertamente o desenvolvimento do comércio legal de marfim.¹⁵ Esta posição ignora a necessidade de diminuir a procura, bem como de reduzir todos os incentivos à caça furtiva desestabilizadora e às actividades do crime organizado em África. Os governos asiáticos deviam apoiar a proibição da venda de marfim e desencorajar de forma empenhada os seus cidadãos de comprarem produtos de marfim e de rinoceronte. Estariam deste modo a

prestar um serviço aos muitos compradores asiáticos que desperdiçam milhares ou dezenas de milhares de dólares nestes produtos de vida selvagem pelas suas falsas propriedades medicinais.

Reforço das linhas da frente. Se, por um lado, a diminuição do comércio e tráfico de vida selvagem depende da redução da procura, por outro lado é fundamental investir nos países da linha da frente para travar a devastação das populações de rinocerontes e elefantes em África—e ganhar tempo valioso. A maioria dos países africanos já conta com unidades de guardas de parques naturais dedicados e experientes. No entanto, o aumento exponencial do número de caçadores furtivos particularmente hábeis e bem equipados exige reformas e melhores recursos. À semelhança do que acontece no Parque Nacional Kruger da África do Sul, a estrutura de comando e controlo destas unidades de guardas deve ser aperfeiçoada a fim de garantir a transmissão rápida de informações a um posto central de comando capaz de reposicionar e reorientar de imediato as patrulhas em função das necessidades no terreno.

Novos equipamentos são também essenciais para reforçar a mobilidade dos guardas e o seu domínio do terreno. Recursos como pequenas aeronaves, helicópteros e veículos aéreos não tripulados têm garantido bons resultados em reservas no Chade, Quênia e África do Sul. As tecnologias de informação oferecem benefícios complementares. Numa reserva do Quênia foram instalados alarmes nas vedações e equipamento de rastreio nos elefantes, destinados a alertar os guardas, através de mensagens de texto via telemóvel, sempre que as vedações de segurança são danificadas ou que os animais manifestam um comportamento anormal. A tecnologia é igualmente fundamental para o registo exaustivo necessário à análise do destacamento de patrulhas, dos padrões da caça furtiva e dos dados biométricos e forenses obtidos dos cadáveres de animais selvagens.

« é fundamental investir nos agentes da linha da frente para travar a devastação das populações de rinocerontes e elefantes em África—e ganhar tempo valioso »

A tecnologia não deve no entanto fazer esquecer a necessidade de guardas bem treinados e dotados de recursos suficientes. Independentemente do número de helicópteros e equipamento sofisticado, nada pode substituir a eficácia de um guarda que conhece o terreno, que consegue identificar os sinais mais ténues da presença de intrusos, que é capaz de agir durante dias ou semanas sem reabastecimento e que está disposto a enfrentar situações de perigo. As unidades novas e altamente treinadas da África do Sul e de Moçam-

bique são modelos que podem ser reproduzidos noutras regiões do continente.

Envolvimento comunitário. As comunidades africanas que vivem na vizinhança dos parques e reservas de África estão situadas no epicentro do grave fenómeno crescente da caça furtiva e são um elemento chave para travar a crise. O envolvimento e o apoio concreto destas comunidades podem contribuir para dissuadir os jovens de praticar a caça furtiva e providenciar informação crucial sobre actividades ilegais.

Na Namíbia, por exemplo, o envolvimento comunitário tem poupado o país aos níveis altíssimos de caça furtiva verificados noutras regiões. Sempre que ocorrem incidentes de caça furtiva neste país, a partilha de informações e as denúncias conduzem rapidamente a detenções e condenações.¹⁶ Um elemento fundamental do sucesso da Namíbia tem sido a colaboração institucional entre os cientistas, as comunidades locais, o sector do turismo e os serviços governamentais relevantes. Ao longo da década de 1980, graças a vários fundos de conservação ambiental, os cientistas cooperaram com os líderes tradicionais, a quem transmitiram um conhecimento mais profundo das consequências nefastas da caça furtiva. Ao compreender a ameaça que a caça excessiva representa para a biodiversidade, os líderes locais passaram a colaborar na escolha de guardas de caça das comunidades, identificando pessoas honestas e localmente respeitadas, que são treinadas para monitorizar os animais e gerir os contactos com as populações locais, de modo a identificar os infractores sempre que são encontrados animais abatidos. As comunidades e os líderes locais desempenham um papel central em muitas decisões de conservação e utilização de terrenos. Os líderes comunitários comparecem em tribunal nos processos de acusados de caça furtiva, ajudam a identificar locais de pasto e de caça legal, e cooperam com agentes de turismo na criação de fontes de rendimento e emprego.¹⁷ Existem actualmente “unidades de conservação comunitária” num quinto do território da Namíbia, e os benefícios em termos de conservação ambiental e turismo tornaram-se evidentes. Havia menos de 300 rinocerontes negros na Namíbia em 1980 e o seu número entretanto aumentou para mais de 1 700. O número de elefantes quase triplicou e é agora de 20 000.

Iniciativas semelhantes de envolvimento comunitário devem passar a constituir uma prioridade máxima das agências africanas de gestão ambiental de vida selvagem. Os governos deveriam pelo menos evitar a ira e a resistência que naturalmente provocam nas comunidades locais os destacamentos militares agressivos do tipo “atirar a matar”, frequentemente destituídos dos conhecimentos técnicos especializados necessários aos esforços de combate à caça furtiva. Na Tanzânia, em 2013, militares e unidades de combate destacados de emergência para lutar contra a caça fur-

tiva usufruíram de grande liberdade de acção. Pouco tempo depois foram divulgados relatos de assassinatos, violações e outros abusos graves, e a iniciativa acabou por ser suspensa antecipadamente.¹⁸

Reforço das investigações e condenações. A crise da vida selvagem em África não é apenas um problema de caça furtiva mas envolve redes criminosas sofisticadas que empregam técnicas de tráfico sofisticadas. Pôr termo ao papel do crime organizado no comércio ilegal de vida selvagem exigirá medidas processuais e de aplicação da lei adequadas ao combate contra as redes ilegais.

Devem ser reforçados os intercâmbios institucionais com agências de gestão da vida selvagem, com vista a familiarizar as autoridades policiais e aduaneiras com os produtos de vida selvagem, para facilitar a identificação de remessas suspeitas. A recolha cuidadosa de provas forenses do material apreendido em portos marítimos e aeroportos é uma medida fundamental para estabelecer a ligação entre as remessas ilegais e as redes criminosas de grande alcance e facilitar em seguida a instauração de processos penais.¹⁹ Em finais de 2010 foi criado o Consórcio Internacional de Combate a Crimes Contra a Vida Selvagem (IC-CWC) com o objectivo de facilitar o estabelecimento dessas ligações e promover a formação em técnicas avançadas. O ICCWC realizou por exemplo a formação no terreno de agentes de diversos países africanos e asiáticos relativamente à população de rinocerontes e à utilização de uma base de dados de ADN. A base de dados, e outra semelhante para o ADN de elefante, são fundamentais para o mapeamento de padrões de tráfico e o desmantelamento de redes transnacionais.

As redes de tráfico de vida selvagem devem ser colocadas no centro das atenções das equipas de investigação criminal, com vista a identificar os líderes de topo, que organizam geralmente a maioria das actividades ilegais mais abrangentes mas que habitualmente não se envolvem na caça furtiva nem no contrabando local. Isto exige um exame mais minucioso das transacções financeiras e das empresas que facilitam o tráfico de vida selvagem. Deste modo, a cooperação com as autoridades fiscais e a análise dos registos empresariais e de propriedade deverá ser melhorada e ser modernizadas e tornadas mais acessíveis as bases de dados que contêm este tipo de informações. As células de informação financeira terão um papel fundamental no que respeita a “seguir o rasto do dinheiro” branqueado no comércio de vida selvagem. Felizmente, o minucioso “Kit Analítico sobre Crimes contra a Vida Selvagem e as Florestas”, criado conjuntamente pelo Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime e muitas das principais organizações não governamentais de protecção da vida selvagem, descreve em pormenor as técnicas de investigação e modalidades de cooperação interministerial necessárias para o combate ao tráfico de vida selvagem. Além disso, a criação de *task forces*

interministeriais reforçaria a prioridade de estruturar contramedidas decisivas que envolvem múltiplos serviços oficiais.

Para combater o tráfico também é indispensável agravar as sanções por delitos contra a vida selvagem. As multas aplicadas a crimes contra a vida selvagem deveriam, no mínimo, exceder o valor dos produtos de vida selvagem apreendidos aos infractores. E o pagamento de fiança não deveria ser possível para indivíduos envolvidos em grandes apreensões, já que estes dispõem geralmente de meios para pagar e desaparecer em seguida. Considerando as consequências económicas e de segurança do crescente comércio ilegal de vida selvagem, os infractores deveriam ser punidos com penas de prisão significativas e os crimes contra a vida selvagem não deveriam ser encarados pelos juízes como delitos menores.

A aplicação de novas sanções vai passar também por mais formação e recursos para juízes, procuradores, forças policiais e autoridades responsáveis pela defesa da vida selvagem. Dada a escalada de preços do marfim e do corno de rinoceronte, é previsível que os tribunais venham a registar um número cada vez maior de casos relacionados com a vida selvagem. À semelhança do que acontece com alguns casos de corrupção e tráfico de droga, poderá tornar-se necessário aplicar procedimentos especiais e recorrer a tribunais de decisão rápida para assegurar processos expeditos que não terminem em arquivamento devido a atrasos ou outras questões técnicas. A polícia e os procuradores devem também encarar de forma mais abrangente os crimes relacionados com a caça furtiva e o tráfico de vida selvagem e aplicar a estes crimes a legislação existente relativa ao crime financeiro, ao crime organizado, à posse ilegal de armamento e a outras infracções relevantes. A utilização estratégica do sistema de negociações judiciais e da política de clemência em casos de infracções menores pode também contribuir para a instauração de processos judiciais contra financiadores e intermediários de relevo.

Infelizmente, os níveis crescentes da corrupção associada aos lucros do comércio de vida selvagem comprometem gravemente os esforços para combater o tráfico. Diversas instituições estatais responsáveis pelo combate aos grupos armados e ao crime organizado, bem como agentes de forças militares, da polícia, de serviços aduaneiros e mesmo alguns políticos têm sido acusados de envolvimento no tráfico de vida selvagem. As cúpulas do estado e os líderes políticos africanos precisam de estar atentos a estes riscos de corrupção e de tomar medidas adequadas para os prevenir. Os gabinetes de assuntos internos dos serviços de segurança africanos devem receber instruções para investigar o tráfico de vida selvagem. Os incentivos e a protecção dos informadores devem ser reforçados. Uma nova iniciativa online, a WildLeaks (www.wildleaks.org/), lançada em Fevereiro de 2014, que

permite aos informadores comunicar de forma segura com os jornalistas de investigação, pode vir a demonstrar novas oportunidades criadas pela tecnologia de lançar luz, com segurança, sobre a corrupção que facilita o tráfico de vida selvagem. O comércio ilícito de vida selvagem deve também fazer parte da agenda das comissões de combate à corrupção, no sentido de reformular a divulgação dos bens e activos financeiros dos responsáveis governamentais para facilitar a identificação de eventuais ligações ao tráfico.

« os níveis crescentes da corrupção associada aos lucros do comércio de vida selvagem comprometem gravemente os esforços para combater o tráfico »

A Rede de Aplicação da Lei sobre Vida Selvagem da África Central e Ocidental (Central and West African Wildlife Law Enforcement Network) demonstra o papel construtivo que algumas organizações não governamentais (ONG) desempenham na luta contra o tráfico de vida selvagem e a corrupção com ele relacionada. Esta rede foi criada pela Last Great Ape Organization (LAGA), uma ONG que protege a vida selvagem nos Camarões e possui agora filiais e parceiros que trabalham na República Centro-Africana, Gabão, Guiné, República do Congo e Togo. Estes grupos rastreiam regularmente os padrões de tráfico de vida selvagem, cooperam com as autoridades na investigação de casos específicos, acompanham de perto os processos judiciais e colaboram com os ministérios na realização de reformas políticas e melhoria da regulamentação. A luta contra a corrupção é uma prioridade máxima da rede, que assenta em coligações interministeriais abrangentes e acompanha processos judiciais, desde a fase de instrução até à condenação, a fim de reduzir a capacidade de responsáveis corruptos para entravarem discretamente os processos. A rede, que opera há mais de uma década, tem prestado assistência em centenas de condenações por crimes contra a vida selvagem.

A influência e a eficácia comprovadas da LAGA levaram o governo dos Camarões a incluir esta organização na sua delegação oficial aos encontros da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES). Outros governos e ONG dedicados à defesa da vida selvagem de África poderiam cooperar de forma semelhante no sentido de reforçar os recursos disponíveis para combater o tráfico e reduzir a corrupção que favorece o crime contra a vida selvagem.

Mais cooperação regional e internacional. Os governos africanos devem também colaborar no sentido de juntar recursos, partilhar informação e alinhar esforços diplomáticos. Vários países já iniciaram

esforços conjuntos para suprir as suas deficiências a nível de guardas. O Gabão destacou as suas equipas de guardas mais bem preparadas para a região fronteiriça com a República Centro-Africana para conter a caça furtiva nesta área. Moçambique e a África do Sul também estão a colaborar no desenvolvimento de novas unidades bem treinadas e equipadas e a reforçar a cooperação transfronteiriça. Igualmente importantes são a cooperação e a troca de informação institucionais entre as forças de aplicação da lei e os serviços alfandegários africanos e asiáticos.

Os overnos africanos também devem trabalhar em conjunto para prevenir erros cometidos no passado que contribuíram para alimentar o recente aumento da procura de marfim e de corno de rinoceronte. Através do CITES, que regulamenta as transacções legais de vida selvagem, quatro governos africanos receberam autorização de proceder a uma venda única de 102 toneladas de marfim proveniente de elefantes que tinham morrido de morte natural. No entanto, os quatro leilões realizados em 2008, destinados a comerciantes da China e do Japão, no valor de 15 milhões de dólares, têm sido frequentemente referidos como tendo estado na origem do aumento posterior da procura que fez disparar os preços, o que, por sua vez, atraiu vários grupos e membros do crime organizado para a caça furtiva e o tráfico.²⁰

Em preparação da próxima conferência do CITES, em 2016, a África do Sul está a considerar uma proposta de venda única de uma reserva de 18 toneladas de corno de rinoceronte, cuja receita promete dedicar aos esforços de conservação. No entanto, é provável que todos e quaisquer benefícios desta venda venham a ser comprometidos por mais um pico da procura, que pode levar ainda mais caçadores furtivos e criminosos aos parques naturais da África do Sul. Por reconhecerem este risco, quatro países africanos (Botswana, Chade, Gabão e Tanzânia) comprometeram-se em Fevereiro de 2014 a não realizar novas vendas de reservas de marfim. É de notar que o Botswana foi um dos países envolvidos na fatídica venda de marfim organizada em 2008.

CONCLUSÃO

A manterem-se as tendências actuais, a África perderá no futuro próximo alguns dos emblemas mais singulares e imediatamente reconhecíveis do seu património natural — os elefantes e os rinocerontes. É uma consequência directa da procura crescente a nível mundial de “produtos de prestígio” e do comportamento predatório de grupos do crime organizado, em busca de grandes lucros. O tráfico de vida selvagem deixou de ser um mero problema de conservação e transformou-se num problema de segurança. Em

conjunto com parceiros internacionais, governamentais e não governamentais, os países africanos precisam de agir com a maior urgência para implementar uma estratégia que permita travar e por fim conter esta ameaça cada vez maior e preservar desse modo para as gerações futuras os seus recursos naturais.

NOTAS

¹ UNEP, CITES, IUCN e TRAFFIC, Elephants in the Dust: The African Elephant Crisis (Norway: GRID-Arendal, 2013), 32-33. "Tracking Poached Ivory," Center for Conservation Biology at the University of Washington, acessível em <<http://conservationbiology.uw.edu/research-programs/tracking-poached-ivory/>>.

² John Bredar, "The Ivory Trade: Thinking Like a Businessman to Stop the Business," National Geographic, 26 de Fevereiro de 2013, acessível em <<http://newswatch.nationalgeographic.com/2013/02/26/the-ivory-trade-thinking-like-a-businessman-to-stop-the-business/>>.

³ Marina Ratchford, Beth Allgood e Paul Todd, Criminal Nature: The Global Security Implications of the Illegal Wildlife Trade (Washington, DC: International Fund for Animal Welfare, 2013), 12-14.

⁴ Darren Taylor, "New Breed of Poacher Decimates African Rhino," Voice of America, 20 de Janeiro de 2012.

⁵ Ratchford et al., 14.

⁶ Mandi Smallhorne, "Think Local to Save Rhino," Mail & Guardian, 1 de Novembro de 2013.

⁷ Fiona Macleod, "Poachers, Prostitutes and Profit," Mail & Guardian, 22 de Julho de 2011.

⁸ Julian Rademeyer, Killing for Profit: Exposing the Illegal Rhino Horn Trade (Cape Town: Random House Struik, 2012).

⁹ Julian Rademeyer, "Rhinoceros Butchers Caught on Film at North West Game Farm," Mail & Guardian, 9 de Novembro de 2012.

¹⁰ "Kinana Refutes Ivory Trafficking Claims Made by Opposition MPs," The Guardian, 8 de Maio de 2013, acessível em <<http://www.ipmedia.com/frontend/?l=54430>>.

¹¹ Paula Kahumbu, Levi Byamukama, Jackson Mbutia, and Ofir Drori, Scoping Study on the Prosecution of Wildlife Related Crimes in Kenyan Courts, January 2008 to June 2013 (Nairobi: Wildlife Direct, 2014).

¹² Per Liljas, "The Ivory Trade Is Out of Control, and China Needs to Do More to Stop It," Time, 1 de Novembro de 2013, acessível em <<http://world.time.com/2013/11/01/the-ivory-trade-is-out-of-control-and-china-needs-to-do-more-to-stop-it/>>.

¹³ "Rhino Horn Demand," WildAid, 2012, acessível em <<http://www.wildaid.org/sites/default/files/resources/WEBReportRhinoHornDemand2014.pdf>>.

¹⁴ Impact Evaluation on Ivory Trade in China, IFAW PSA: 'Mom, I Have Teeth', Rapid Asia Flash Report (China: International Federation for Animal Welfare, Maio de 2013).

¹⁵ Dan Levin, "From Elephants' Mouths, an Illicit Trail to China," The New York Times, 1 de Março de 2013.

¹⁶ Brigitte Weidlich, "Namibia Offers Model to Tackle Poaching," South African Press Agency/Agence-France Presse, 26 de Janeiro de 2013, acessível em <<http://www.iol.co.za/news/africa/namibia-offers-model-to-tackle-poaching-1.1459098>>.

¹⁷ Garth Owen-Smith, A Brief History of the Conservation and Origin of the Concession Areas in the Former Damaraland (Windhoek: Integrated Rural Development and Nature Conservation, Novembro de 2002), acessível em <<http://www.irdnc.org.na/download/Concessions%20in%20Kunene.pdf>>. Daisy Carrington, "How Namibia Turned Poachers into Gamekeepers and Saved Rare Wildlife," CNN, 23 de Outubro de 2012, acessível em <<http://www.cnn.com/2012/10/23/world/africa/namibia-eye-on-conservation/>>.

¹⁸ Kizito Makoye, "Anti-Poaching Operation Spreads Terror in Tanzania," Inter Press Service, 6 de Janeiro de 2014.

¹⁹ Entrevista com Justin Gosling, consultor independente sobre crime de vida selvagem, 21 de Fevereiro de 2014.

²⁰ Bryan Christy, "China Ivory Prosecution: A Success Exposes Fundamental Failure," National Geographic, 30 de Maio de 2013, acessível em <<http://newswatch.nationalgeographic.com/2013/05/30/china-ivory-prosecution-a-success-exposes-fundamental-failure/>>.

CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE ÁFRICA

Diretor Interino:
Michael E. Garrison
National Defense University
300 Fifth Avenue, Building 21
Fort McNair
Washington, DC 20319-5066
Téléphone: + 1 202 685-7300
Site Internet: www.africacenter.org

ESCRITÓRIO REGIONAL DO CENTRO DE ÁFRICA EM ADIS ABABA

Gerente Regional:
Brad Anderson
Téléphone: 251 11 130 6683
Courriel: AndersonBG@state.gov

RESUMOS DE SEGURANÇA DE ÁFRICA

Diretor de Pesquisa:
Joseph Siegle, Ph.D.
Téléphone: + 1 202 685-6808
Courriel: Sieglej@ndu.edu

O Centro de Estudos Estratégicos de África apoia o desenvolvimento de políticas estratégicas dos EUA que visam a África, oferecendo programas académicos de alta qualidade e relevantes, fomentando a consciencialização e o diálogo sobre as prioridades estratégicas dos EUA e assuntos relacionados com segurança em África, criando redes de líderes militares e civis africanos, americanos, europeus e internacionais, assistindo as autoridades dos EUA na formulação de políticas eficazes para África e articulando as perspectivas africanas a autoridades dos EUA.



O Resumo de Segurança de África apresenta pesquisa e análise de especialistas do CEEA e eruditos, com o objectivo de avançar a compreensão das questões de segurança Africanas. As opiniões, conclusões e recomendações expressas ou implícitas são dos contribuintes e não refletem necessariamente a opinião do Departamento de Defesa dos Estados Unidos ou qualquer outro órgão do Governo Federal. Para mais informações sobre o CEEA, visite o Web site <http://www.africacenter.org>.

CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE ÁFRICA

<http://www.africacenter.org>

ISSN 2164-4292 (imprimir)

ISSN 2164-4039 (versão eletrônica)